

O golpe de 1964: A Associação Comercial de Pelotas como influência nas articulações

The 1964 coup: The Commercial Association of Pelotas as an influence on the joints

Leonardo Silva Amaral,¹ UFPel

Resumo

O cenário pré e pós golpe de 1964, consistiu em uma estrutura com diversos movimentos e conjunturas, é a partir desse contexto que incide o trabalho em questão. Ao considerar a participação da sociedade civil na implementação do regime militar, grupos sociais de diversas áreas se fizeram presentes, e com maior empenho da elite. Descrito esse panorama, a partir do contexto da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, tendo como plano de fundo a entidade Associação Comercial, o presente estudo visa analisar os integrantes que estiveram presentes na instituição entre os anos de 1950 e 1970, sem deixar de considerar as influências desde sua fundação no final do século XIX. Um dos principais objetivos, é entender as motivações que levaram diferentes indivíduo a apoiar a Ditadura Civil-Militar, através da associação, tendo interesses coletivos e individuais.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; Política; Elite.

Abstract

The pre and post-coup scenario of 1964 consisted of a structure with different movements and situations, it is from this context that the work in question focuses. When considering the participation of civil society in the implementation of the military regime, social groups from different areas were present, and with greater commitment from the elite. Having described this panorama, from the context of the city of Pelotas, in Rio Grande do Sul, with the Commercial Association entity as its background, this study aims to analyze the members who were present at the institution between the years 1950 and 1970, without fail to consider the influences since its founding at the end of the 19th century. One of the main objectives is to understand the motivations that led different individuals to support the Civil-Military Dictatorship, through the association, having collective and individual interests.

Keywords: Civil-Military Dictatorship; Politics; Elite.

Introdução

A conjuntura que se formou entre os anos de 1950 e 1970 representa um período de intensas transformações políticas na sociedade brasileira, culminando no golpe civil-militar. O presente trabalho se situa nesse contexto breve, ao analisar as articulações de uma elite em Pelotas-RS, que visava preservar seu poder financeiro e status social dentro da sociedade local ao apoiar a Ditadura Civil-Militar.

É pertinente ressaltar, como segundo ponto de menor relevância para o objetivo principal, a possível conexão entre as gerações de famílias pré-republicanas e as que surgiram após o ano de 1930. Tal paralelo reflete a notável presença de uma elite econômica voltada

¹ Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas.

para a produção de charque, e posteriormente, a emergência de um grupo diversificado envolvido em atividades industriais, políticas e intelectuais a partir dos anos 30. É válido ressaltar que esse recorte amplo não abrange o intervalo detalhado na pesquisa, mas representa um período importante que merece atenção, como a criação da ACP em 1873, onde essa primeira elite desempenhou um papel fundamental na fundação e no estabelecimento das ideias centrais da instituição.

Resumindo, o objetivo deste breve estudo é provocar reflexões sobre a relevância de focar a atenção nos grupos que, de alguma maneira, apoiaram o regime estabelecido a partir de 64 e os seus verdadeiros interesses. Apresentando abordagens teóricas e metodológicas, além de algumas observações feitas até agora com base na análise concisa de documentos.

As redes de possibilidade

Ao longo dos séculos XIX e XX, a cidade de Pelotas sempre esteve no cruzamento da economia e política. Esse viés político é ressaltado por Jonas Vargas (2020, p.18), que indica que por volta de 1870, Pelotas se expandiu regionalmente, como evidenciado pelo aumento no número de governadores de províncias, que passou de 1 para 7 em um período curto. Nesse grupo de nomeações, dois dos mais ricos empresários de charque da cidade, João Simões Lopes e Joaquim da Silva Tavares, conseguiram chegar ao poder, apesar de não terem formação acadêmica ou experiência política. Além disso, outras 5 pessoas que se tornaram governadores também vinham de famílias envolvidas na produção de charque. Ressalta-se que, ao destacar as estruturas das famílias que eram proprietárias de fábricas de charque em Pelotas, Vargas faz uma descrição objetiva, onde

Na base, ou melhor, nas localidades (no nível municipal, distrital ou paroquial), a política era dirigida por grandes proprietários de terra e de escravos, ricos comerciantes, e, no caso de Pelotas, os charqueadores, além de outros grupos com notável proeminência local, algumas vezes aparentados dos mesmos. Suas clientelas reuniam famílias e indivíduos na luta por cargos e na eleição dos candidatos de seus chefes (Vargas, 2020, p. 24).

Baseando-se nas informações mencionadas de maneira sucinta, é possível compreender que a elite dominante em Pelotas se estabelecia em diferentes setores da sociedade. No entanto, essa é apenas uma análise inicial da transição para o século XX. Este ensaio pretende, a partir deste recorte, examinar as oportunidades de compreender a configuração das elites familiares durante o período de 1950 a 1970, no qual a pesquisa tem o intuito de analisar.

É fundamental compreender brevemente algumas das transformações ocorridas nesse período. Embora com uma economia baseada na agropecuária, o Rio Grande do Sul conseguiu grandes avanços em sua organização industrial. Num primeiro momento, essa indústria estava ligada ao setor rural e voltada para atender o mercado interno. No entanto, devido à crise no setor do charque, causada principalmente pelo movimento abolicionista, e a mudança de prioridades econômicas com o governo provisório de 1930 e o golpe do Estado Novo, essa indústria se enfraqueceu em relação ao restante do país e passou a ser vista como periférica, especialmente por continuar dependente das condições da agricultura e pecuária.

Desde que Vargas assumiu até governos seguintes como o de Juscelino o que se via era de um

(...) período que vai de 1930 a 50, aproximadamente, pode ser entendido como uma fase na qual os constituintes do modelo histórico de acumulação e dominação gaúcha são explorados ao máximo e sempre a favor das classes agropecuárias e industriais dominantes. Por outro a partir dos anos 50, os produtos dessa exploração intensiva passam do ativo para o passivo da conta de poder dessas classes que, para se manterem enquanto tais, deveriam dar prosseguimento à forma de industrialização das matérias-primas regionais, sem mexer na estrutura fundiária (Muller, 1979, p. 363).

A partir dessas implicações econômicas, é relevante destacar as transformações que ocorreram no contexto político-partidário após os eventos de 1930. Durante o período republicano, o Rio Grande do Sul permaneceu sob o domínio do PRR, mas o mesmo não ocorreu com as mudanças ocorridas no governo provisório de Vargas, conforme evidenciado pela criação da Frente Única Gaúcha (FUG). Essa organização surgiu como um apoio a Getúlio, porém, a partir de meados de 1932, como mencionado por Abreu (2007, p.82), uma ala liberal passou a defender o constitucionalismo em conjunto com parte da oligarquia paulista que se opunha ao varguismo, enquanto os membros do partido republicano se dividiram ao escolher entre apoiar Borges de Medeiros ou os ideais do novo líder. É fundamental ressaltar que essa Frente Única gradualmente se fragmentou nos anos seguintes até a implantação do Estado Novo em 1937.

O complexo acirramento das disputas políticas permanece por quase uma década, a instauração do novo regime em 37 leva a uma exclusão de partidos políticos que só iram retornar em 1945 com as novas eleições, porém as estruturas que em sua maioria se colocam contrárias a Vargas se mantem e vão ter novos contornos com a sua saída em 45.

Neste sentido, fazendo-se alusão às condições políticas do Rio Grande do Sul anteriores a 1937, pode se dizer que o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), o Partido Republicano Liberal (PRL) e o Partido

Libertador (PL) formaram uma Frente Única Gaúcha, desta vez por intermédio da UDN, no sentido de derrubar o regime ditatorial que haviam ajudado a construir – o Estado Novo (Abreu, 2007, p. 293).

Com esses dois principais pilares, o político e o econômico, evidencia-se que, se por um lado a economia do Rio Grande do Sul não passou por muitas mudanças que a colocariam como uma produtora de destaque, por outro lado, a formação partidária sofreu reformulações profundas, embora se percebam ainda raízes perceptíveis daquele Partido Republicano Rio-grandense que governou o Estado por mais de uma década. Ao abordar esses fatos, é indispensável retornar ao contexto em que se encontra o projeto em questão, entendendo que Pelotas desempenhou um papel extremamente relevante durante a República, com cargos provinciais e até mesmo ocupações em nível federal, além de sua forte presença na produção saladeril. A partir de 1930, com alterações, essa elite pelotense precisa se adaptar à nova situação.

É nessa configuração que a presente pesquisa se estabelece, com o objetivo de analisar a Associação Comercial de Pelotas, que está atualmente focada nas questões econômicas e de infraestrutura da cidade. Utilizando a entidade como ponto central e com base nas condições estabelecidas anteriormente, por meio da análise das fontes e bibliografia relacionadas, será possível compreender se a mudança de liderança política diminuiu a influência de algumas famílias da elite ou se a herança familiar continua presente, agora em outras atividades. Além disso, será examinado se alguns ou a maioria manteve seu poder político e econômico, e como os interesses individuais ou coletivos se conectavam com instituições e cargos políticos a nível municipal, buscando conquistar esses interesses.

Após a compreensão dessas estruturas específicas, é crucial incluir no diálogo o estudo de Marco Aurélio, que oferece uma perspectiva de outra Associação no Paraná, auxiliando na identificação de diferenças e possíveis semelhanças nos processos. Um ponto importante é que a Associação Comercial e Industrial de Guarapuava (ACIG), apresenta uma característica distintiva, já que foi fundada somente em 1955, surgindo após a morte de Vargas. Por outro lado, a ACP tem suas origens durante o período monárquico, uma distinção relevante, pois o enfoque temporal definido pelo autor refere-se à fundação propriamente dita, passando por um período de golpe civil-militar, diferentemente da proposta apresentada aqui, que busca examinar as bases estruturais da fundação da Associação Comercial de Pelotas partir de 1873 em diante.

Ao longo da pesquisa, alguns pontos importantes se destacam e podem ser considerados na perspectiva da pesquisa aqui realizada. Da mesma forma que é possível

perceber na breve análise feita a partir das atas da ACP, a Associação de Guarapuava também exercia influência nas decisões estruturais do município, como a implementação da rede telefônica. Além disso, buscavam a construção de linhas aéreas e de um hotel, assim como a criação da Associação Comercial de Pelotas, mais de 80 anos antes, também teve participação na construção de linhas ferroviárias que contribuiriam para melhorar a circulação econômica no município. A partir da análise das atas, o autor observou que: “a relação entre a ACIG e o poder público constituído e a manutenção da estrutura de poder, resistindo às novas alternativas de ampliação e dinamização da economia local, na busca por manter o status quo vigente” (Fernandes, 2010, p. 71).

Vale ressaltar que, em suas considerações a partir de 1959, quando um dos membros e ex-presidente da ACIG concorre e vence as eleições para prefeito da cidade de Guarapuava, ocorre uma sequência de pessoas ligadas à Associação que ocupam cargos públicos. Essa observação é importante, pois levanta a possibilidade de que o mesmo possa ter acontecido ao longo desse período na cidade de Pelotas, já que as estruturas políticas e sociais de um período anterior evidenciam essa tendência. Para isso, será necessário o diálogo entre as fontes, como as atas da Associação e da Câmara Municipal, correspondências e periódicos.

Outras questões importantes sobre os anos pós-1960 são destacadas por Fernandes em sua pesquisa. Ele resalta que a instituição se posicionou a favor da Campanha da Legalidade em seus documentos, porém, a partir de 1964, há um silêncio em relação aos acontecimentos. Essas duas condições trazem pontos a pensar a conjuntura da ACP, ainda em uma análise superficial de algumas atas foi possível visualizar o apoio a militares e celebrações contra a intentona comunista de 1935, além de um claro apoio ao Golpe Civil-Militar de 64, caracterizando assim uma clara diferença entre associações, ainda que o autor não possa afirmar se houve um posicionamento em maioria ao regime militar pela falta de informações presentes nos documentos, anos antes foi deixado claro a posição favorável a Legalidade, demonstrando assim que a Associação Comercial de Pelotas, pode ter se colocado como defensora de um golpe, além possivelmente de ter se colocado desde sempre a favor de regimes que poderiam abrir maiores condições de favoráveis a classe produtora e comercial da cidade.

De modo geral, ao salientar alguns pontos da pesquisa de Marcos Aurélio, fica evidente a importância de trabalhos tendo como ponto de partida associações ou instituições, pois estas ajudam a compreender não somente o desenvolvimento da entidade, mas compreender os arranjos, as influências dentre os setores político e econômico e até que ponto

a Associação Comercial pode influenciar nas decisões e transformações de um município ou região.

Outra perspectiva interessante é de Codato (2008, p. 174), onde destaca que a partir das condições de análise e de conjuntura, a forma que o Estado e o regime se colocam é que constituem a característica dos “jogadores”, e ainda ressalta que

De acordo com a perspectiva contextual que adotei, as variáveis históricas que concorrem para a transformação do universo da elite (dessa elite específica, bem entendido, já que esse não é um “modelo”) são: a institucionalização do poder estatal; a autonomização do campo político; e a profissionalização dos agentes políticos (Codato, 2008, p. 174).

Essa consideração extraída de seu trabalho, essa elite paulista pode ter se modificado a partir da relação que a mesma teve com o novo regime. Nesse contexto, a ideia como o próprio autor vai ressaltar mais à frente de que o novo governo apaga ou destrói aquela estrutura de elite mais ligada ao campo, se torna fraca, visto que essa elite ou parte dela vai participar dessa nova estrutura, compondo cargos de interventores, em casos onde eram totalmente oposição a Getúlio Vargas, ainda que o autor destaque uma renovação dessa elite mais urbana, além de uma relativa dissociação de elite política e elite econômica, que levou a uma profissionalização política dentro das Assembleias e demais cargos do Estado.

Em resumo as considerações até aqui apontadas por Adriano Codato é da ocupação dos cargos políticos por parte de uma elite composta por um variado componente de elite diferentes umas das outras. Por outro lado, o pesquisador pôde observar que aquela oligarquia que antes tinha extensa força dentro das decisões da República, agora precisa se aproximar desse novo regime para garantir a representatividade política, seja daquela “velha” elite, seja por um novo grupo mais urbano, com uma minoria que herdou os laços políticos republicanos ou de uma maioria que apresenta novos interesses, mesmo aqueles contrários a tomada de poder de Vargas.

A partir das ponderações feitas em seu trabalho fica claro que mesmo dentro de um novo governo com novas condições estruturais e que retira parte de um status quo existente, ainda é possível constatar uma tentativa de sobrevivência em busca de representação e participação de uma antiga, mas ainda presente elite em busca de interesses próprios, fatos esses que a partir das análises referentes ao município de Pelotas, podem revelar proximidades ou distanciamentos.

Dentro deste contexto, é primordial trazer algumas considerações acerca do aspecto familiar no panorama dos processos de poder. Segundo Oliveira (2018, p. 32), a família é uma

contenda política, histórica e conceitual que se metamorfoseia, se reconfigura e carrega consigo um simbolismo a cada nova geração. Os pontos abordados pelo autor indicam que os processos ligados às relações familiares estão no cerne das transformações nos mais diversos domínios da sociedade brasileira. Embora não seja o objetivo aprofundar tal conceito, é possível afirmar que as famílias de fato se perpetuam no poder e desenvolvem seus próprios formatos e estilos, mesmo que frequentemente estejam inseridas em arranjos de novas estruturas através de matrimônios.

Outro importante pesquisador indica que,

As estruturas de parentesco e a família como *corpo* só podem se perpetuar ao preço de uma criação continuada do sentimento familiar, princípio cognitivo de visão e de divisão que é, ao mesmo tempo, princípio afetivo de *coesão*, isto é, adesão vital à existência de um grupo familiar e de seus interesses. Esse trabalho de integração é tanto mais indispensável porque a família para existir e subsistir deve se afirmar como *corpo*, sempre tende a funcionar como *campo*, com suas relações de força física, econômica e, sobretudo simbólica (vinculadas, por exemplo, ao volume e à estrutura dos capitais que seus diferentes membros possuem) e suas lutas pela conservação ou transformação dessas relações de força (Bourdieu, 1996, p. 130).

Essa reflexão de Pierre Bourdieu ajuda a esclarecer que as estruturas familiares lidam com processos que vão além das relações afetivas. O que implica entender esse ambiente como um local de perpetuação, onde o objetivo é formar indivíduos que auxiliem na continuidade do poder familiar. Dentro dessa estrutura, também é possível estabelecer conexões entre famílias por meio de casamentos, na busca por fortalecer laços e unir grupos.

No contexto da economia charqueadora em Pelotas, conforme apontado por Jonas (2016), o charqueador deveria deixar claro a transferência de seus bens para os herdeiros, seja através dos filhos ou por meio de casamentos.

Tendo em vista que os negócios com o charque e os couros eram os mais lucrativos da província, não é plausível considerar o desaparecimento de algumas famílias deste ramo dos negócios tenha ocorrido pelo fato de encontrarem outra atividade mais rentável, como já argumentei. Também não estavam elas invertendo seus capitais para outra área de investimento que oferecessem maior prestígio social, pois os charqueadores também concentravam grande poder político e status social no final da monarquia (Vargas, 2016, p. 279).

Apresentado as presentes situações, é importante trazer para o debate a realidade da elite posterior a esse período com base no tema de pesquisa. Ao lançar luzes sobre algumas questões, sobre essas estruturas de interesse, é possível que ao pensar no intervalo de tempo ao final do período republicano, os laços familiares de elites que se ligavam por laços

parentais ou matrimoniais se mantiveram como base da sociedade pelotense, desse grupo que participava ativamente dos principais setores da cidade. Partindo dessa reflexão, é de extrema importância considerar alguns pontos possíveis de análise a partir de aspectos teóricos para entender as redes de estruturação.

Ao pensar as relações, estudo prosopográfico pode ser de grande ajuda na compreensão o objeto de pesquisa aqui descrito. Esse método que também pode ser chamado de biografias coletivas, tem como objetivo revelar as características comuns de um grupo social dentro de um período, ajudando assim a compreender mecanismos coletivos (Heinz, 2006, p.9). Essa abordagem é relevante, pois tem em seu aspecto principal elencar análises individuais, para com que constituem um padrão de atividade, em outras palavras,

As biografias sociais permitem colocar à luz do dia as estratégias familiares de ascensão, de estagnação ou de reconversão que os diversos meios de elite ou da burguesia utilizam. A dinâmica dominante interna às elites, do polo intelectual ou polo econômico (pela ascensão), ou inversamente, do polo econômico ao polo cultural (pelo enobrecimento), dá conta de muitos processos anteriormente julgados em termos morais: traição de sua classe de origem, aburguesamento de um lado, traição do progresso, fuga para uma vida “de rendas” de outro (Charle, 2006, p. 32).

E ainda,

Nos primórdios do século XX, a elite política coincidia bastante com as elites sociais, econômicas e intelectuais. Cada vez mais, porém, disponibilizou-se o acesso ao cargo público a indivíduos da classe média, de modo que a elite política não mais se sobrepunha tanto às outras. Carreiras políticas tornaram-se meios de mobilidade ascendente para pessoas talentosas com as qualificações certas (Conniff, 2006, p. 100).

Ao considerar ambos os apontamentos dos autores, é importante destacar que ambas se ligam diretamente ao tema aqui relatado. Assim como já abordado anteriormente a organização desses coletivos de elite, principalmente relacionados ao aspecto familiar busca se organizar para se manter o *status quo*, porém, como salienta Conniff, essa elite em sua grande maioria, estava interligada a diversas áreas, ou seja, aquele mesmo indivíduo que tinha uma trajetória como dono de indústria ou proprietário de terras, poderia diretamente estar ligada a carreira política e intelectual com a escrita de produções. Com isso, e com a breve observação de algumas documentações existentes, onde nomes estavam interligados a diversos setores, deixando claro a importância da Associação nesse campo de articulações e disputas.

É importante ressaltar que a região sul do Estado do Rio Grande do Sul, tinha em sua maioria uma economia voltada para o campo, principalmente nesses primeiros anos até

meados de 1930, e Pelotas era uma das principais produtoras de charque essa atividade era concentrada na mão de poucas famílias, sendo essas as mais ricas.

Breves Considerações e Fontes

Até o atual momento da pesquisa, foram feitos alguns levantamentos a partir das atas de sessões da diretoria, relacionando os pontos encontrados com referencial teórico citado anteriormente. Ao analisar parte dessa fonte, foi possível ver algumas condições, além das definições sobre projetos na estrutura da cidade, como debates sobre taxas sobre produtos, alguns posicionamentos chamam a atenção e deixam até certo ponto claro, a tomada de posição sobre alguns temas. Em um primeiro momento, se havia qualquer movimento de greve ele recebia o cunho de comunista, isso aparece antes mesmo do intervalo de período analisado neste estudo, incluindo também nas atas a divulgação de missas em homenagem aos militares mortos na intentona comunista, que na descrição ainda destaca que eles haviam salvado o país da grande ameaça, deixando margem para entender de forma ainda que muito superficial a demonstração de empenho em demonstrar apoio ao golpe civil-militar.

Em suma, o que foi apresentado aqui de forma resumida e superficial, referente aos resultados levantados até o momento, demonstra algumas condições. Ao pegar as atas das sessões, se torna relevante o olhar atento, buscando questionar se as figuras que se faziam presentes na diretoria concordavam em uma maioria nas decisões e opiniões, por isso se faz necessário observar as redes de relações, a partir do cruzamento de fontes. Outro ponto importante é visualizar que a ACP buscava a todo momento fazer parte das decisões que ocorriam não somente na cidade, mas também em um contexto muito mais amplo, e que nesse sentido é possível considerar a possibilidade de uma forte presença de indivíduos que estavam em diferentes postos de atividade, além de ser imprescindível notar que desde muito cedo a instituição já tinha bem claro a posição política que queria tomar, até a chegada do ano de 1964.

A partir disso é relevante evidenciar as fontes conhecidas até o momento para o desenvolvimento do mesmo. O conjunto principal de arquivos, está salvaguardado no Memorial da Associação Comercial de Pelotas (MACP) e na Bibliotheca Pública Pelotense, no primeiro local os documentos são de um arranjo variado com atas de reuniões da diretoria, essas arranjo documental, é de grande relevância, pois, apresenta diferentes temáticas que descrevem nomes que compunham a entidade, além de definições e direcionamentos sobre temas a respeito do cotidiano pelotense, as correspondências relativas a trocas de

informações entre diferentes entidades e associações, boletins informativos descrevendo eventos e resoluções na região sul que se relacionam com a ACP.

Os acervos presentes na Bibliotheca, correspondem a atas de sessões e correspondências da Câmara Municipal de Pelotas, além de variados documentos relacionados ao poder público, também é preciso ressaltar a presença do vasto acervo de periódicos. Ainda vale destacar, a existência de fontes de registro civil da cidade de Pelotas, que está organizado no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). É importante destacar que a soma de fontes apontadas até aqui se coloca como um primeiro momento da análise da temática, abrindo a possibilidade ainda para novas redes de relações que podem surgir ao passar da observação da documentação já conhecida.

A partir dos pontos destacados até o momento, vale destacar algumas contribuições para a análise dessa base documental. Nesse sentido, para Arostégui (2001, p. 392) é importante que façamos uma crítica e avaliação das fontes dentro do método historiográfico, outra condição apontada pelo autor, deixa claro que as fontes são sempre relativas ao tipo de objetivo que a investigação pretende fazer, conduzindo diretamente aos processos críticos e avaliativos. Seguindo essa mesma linha, é o encontro do tema, da teoria, da metodologia e das fontes que abrem caminho para o surgimento de hipótese dentro da pesquisa, como salientou Barros (2005), ao classificar a proposta como “função norteadora” para direcionamentos mais definidos do estudo.

Ao apontar esses aspectos gerais, vale apresentar uma observação como exemplo de análise de um corpo de documentos. Se pegarmos as fontes de imprensa, por um longo período elas foram descartadas por serem consideradas não confiáveis, porém essa ideia tem se modificado, a autora Capelato (1988), destaca a importância de fazer questionamentos para o jornal, e não ficar preso a determinada desconfiança ou certeza de que ele traz informações reais ou falsas. A pesquisadora, ainda salienta, que é extremamente importante que se questione quais pessoas fundaram aquele periódico, o que motivou e em que contexto político e social ele estava inserido, ainda frisando que do mesmo modo que outros documentos precisam de um diálogo com outras fontes, a imprensa também necessita do mesmo cuidado.

As concepções apresentadas por Capelato, não somente destaca concepções sobre um tipo de documento, mas lança luzes para observar de modo mais amplo as variáveis contidas em tipos diferentes de fontes. Se pensarmos que, cada fonte tem um objetivo e influências no momento da sua criação, e por esse motivo ela pode apresentar diferentes versões e aspectos que podem se contradizerem. É a partir dessa situação que o pesquisador deve se debruçar e entender que as perguntas feitas e as lacunas, presentes nas respostas que os arranjos

documentais apresentarem, são positivos para o desenvolvimento do trabalho, ponderações esses entendidos como corretos no direcionamento do presente ensaio.

Considerações Finais

A partir dos pontos abordados ao longo deste breve ensaio, foram apresentadas reflexões sobre a importância do presente estudo. Ao analisar o tema dentro do campo da historiografia, ele se torna um aspecto relevante para compreender uma elite que está fundamentada no conceito familiar e está inserida em um contexto de mudanças políticas constantes, com ênfase na Ditadura Civil-Militar.

Dito isso, um dos objetivos é compreender não apenas até que ponto esse grupo influenciou diretamente as articulações do golpe, mas também entender em que medida essa aliança buscava obter privilégios tanto no contexto coletivo quanto no individual. Além disso, vale ressaltar que, mesmo que em um primeiro momento essa análise tenha um enfoque municipal e regional, as articulações podem apresentar características que são pertinentes à conjuntura nacional.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Luciano Aronne. **Um olhar regional sobre o Estado Novo**. 1. ed. Porto Alegre: EdPUCRS, 2007.
- ABREU, Luciano Aronne; VANNUCCHI, Marcos Aurélio. (org.) **A Era Vargas 1930-1945**. 1. ed. Porto Alegre: EdPUCRS, 2021.
- AROSTÉGUI, Júlio. **La investigación histórica: Teoría y Método**. Barcelona: Crítica, 2001.
- BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: Da escolha do tema ao quadro teórico**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- _____. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papyrus, 1996.
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.
- CODATO, Adriano Nervo. **As Elites e Instituições no Brasil: Uma análise contextual do Estado Novo**. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2008.
- CONNIFF, Michael F. **A Elite Nacional**. In: HEINZ, Flávio M.(org). *Por outra história das elites*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 99-122.
- CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 19-39.
- DACANAL, José Hidelbrando; GONZAGA, Sergius (org). **RS: Economia & Política**. 1. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

FERNANDES, M. A. M. **Poder & Comércio:** A Associação Comercial e Industrial de Guarapuava (1955-1970). 1. ed. Curitiba: CRV, 2010.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964:** o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio M.(org.). **Por outra história das elites.** 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 7-16.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Como definir família? In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.) **Família importa e explica:** Instituições políticas e parentesco no Brasil. 1 ed. São Paulo: LiberArs, 2018, p. 27-48.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva.** 1. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

VARGAS, Jonas M. “No tempo dos Barões” A elite política pelotense no período do auge das charqueadas escravistas (1850-1889). In: LOPES, Aristeu; VARGAS, Jonas Moreira. **Capítulos de História de Pelotas.** 1. ed. Porto Alegre: Casalettras, 2020. p. 12-31.

VARGAS, Jonas M. **Os Barões do charque e suas fortunas:** Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). 1. ed: Oikos, 2016.